

## Todos à sede do TRT-2 contra os ataques da presidência

*Após reunião com o desembargador Nelson Nazar, haverá assembleia na frente do TRT-2 na Consolação. Concentração a partir das 11h30*

Hoje, uma comissão de servidores será recebida pelo presidente do TRT-2, Nelson Nazar. Além da reivindicação da revogação da portaria que estende o horário de atendimento do balcão, mas que não garante as condições necessárias para isso, os servidores irão tratar do corte de ponto determinado ontem pelo desembargador.

Por isso, o Sintrajud está convocando todos os servidores a fazerem uma vigília em a frente sede do TRT-2, na Consolação, 1272, durante a reunião, que está marcada para às 12h. A categoria se concentrará em frente do prédio às 11h30. Quem estiver no fórum Ruy Barbosa e quiser ir de ônibus com o sindicato até a Consolação, deve estar na entrada do fórum (Barra Funda) às 10h30.

Ontem, o ministro Luiz Fux, do STF, recebeu o Sintrajud, a Amatra e a AMB para tratar da resolução 88/2009 do CNJ. A resolução, que serviu de base para que a presidência do TRT-2 ampliasse o horário de atendimento, tem a sua Constitucionalidade questionada por uma ADIN da



Kit Gaion

Dia 28/06 - servidores mantêm a greve por tempo indeterminado

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que está no Supremo sob a relatoria do ministro FUX. Segundo Tarcísio

Ferreira, diretor do Sintrajud, que participou da reunião, o ministro Fux foi bastante receptivo aos argumentos da categoria.

## Hoje, às 13h, tem assembleia no TRE

*Todos os servidores estão convocados para lutar contra o congelamento salarial*

Todos os trabalhadores do TRE estão convocados a participar da assembleia que acontecerá nesta quinta-feira (30), às 13h, na Francisca Miquelina. Durante o ato serão dados informes sobre a negociação e deliberado como o segmento vai participar da luta nacional que tem sido travada pela aprovação do PCS. Chegou a hora de participar da luta para forçar que o governo abra negociação. Se a paralisação não for forte, todos poderão amargar anos de congelamento salarial.

Motivos não faltam para que a categoria se coloque em movimento, não só pelo PCS, mas também contra as medidas (portarias e resoluções) que têm ferido os direitos conquistados pelos servidores.

Os servidores da Justiça do Trabalho, em São Paulo, e em vários outros estados do país já estão de braços cruzados, mas precisam do reforço de todos aqueles que ainda não vieram para a greve. A catego-

ria tem feito um grande esforço para construir a mobilização que permita superar o atual congelamento que atinge os 120 mil servidores do país. Portanto, a participação de cada um é fundamental para fazer com que isso de fato, aconteça. Garanta a sua presença na assembleia e organize seus colegas do setor, para que ninguém fique de fora nesta luta, que é de todos. Agora chegou a sua vez.

# No TRF-3/ JF, servidores decidem que é preciso construir a mobilização pelo PCS

*Próxima assembleia será na quarta-feira, dia 06, às 13h, na frente do TRF-3*

Jesus Carlos

A categoria está travando uma luta nacional contra o congelamento salarial. No TRF-3 e na JF não será diferente. Em assembleia em frente ao tribunal na tarde desta quarta-feira, dia 29, os servidores decidiram construir um ato para a próxima semana. A próxima assembleia será na quarta-feira, 06 de julho, às 13h30, em frente ao TRF-3.

Quanto mais os servidores entrarem nesta batalha, melhor será para forçar o governo a abrir negociação. Por isso, o compromisso firmado na assembleia pelos servidores foi o de que cada um vai convencer mais colegas da importância de se juntar à luta. “Se cada um que acredita nessa luta, trazer mais servidores na próxima assembleia que acontece na próxima quarta-feira, dia 6 de junho, poderemos decidir se chegou a hora de entrarmos em greve”, disse o diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues dos Santos, durante o ato.

Adilson lembrou ainda que desde dia 16 de maio foi deflagrada a greve nacional da categoria, que continua. “A gente precisa se unir aos colegas para enfrentar este congelamento imposto pelo governo desde 2006. Sei que no ano passado a nossa greve foi muito atacada e não conseguimos a aprovação do PCS. Mas ela foi retomada e tem ganhado força. Os servidores da justiça trabalhista aqui de São Paulo estão de braços



Dia 29/06 - servidores do TRF/ JF aprovam mobilização pelo PCS

cruzados desde o dia 18 de junho. Lutamos pelo PCS e também por melhores condições de trabalho.”

“O congelamento é consequência do desrespeito à data-base, imposto pelo governo. Exigimos apenas o que é um direito básico de qualquer categoria de trabalhadores. Portanto, é preciso de conscientização porque o sindicato não é nada sem os servidores. Se a gente não lutar, nada será feito”, disse o

oficial de justiça e diretor do Sintrajud Erlon Sampaio.

O diretor do sindicato José Dalmo também concorda que é preciso que os servidores se conscientizem. “Cada trabalhador do judiciário precisa se questionar se quer ficar com este salário congelado? O que a categoria quer? A gente precisa fazer este tipo de questionamento para assim, tomar a decisão certa”, observou.

## Relatório da LDO não inclui emendas para servidores, mas deixa brechas para reajustes

*Lei orçamentária de 2011 já prevê janela para aprovação do PCS, mas decisão depende de acordo político*

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO), deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), apresentou ontem (29) à Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, substitutivo com o artigo 78, que trata da despesa de pessoal referente a aumento de remuneração, criação de cargos e reestruturação de carreiras. O texto do artigo diz o seguinte: “...ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de Anexo discriminativo específico da

Lei Orçamentária de 2012, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da LRF.”

Segundo o assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiróz (Toninho do Diap), embora o relator tenha rejeitado as emendas que versavam sobre reajuste do funcionalismo, com a inclusão do artigo 78 fica mantido o espaço para que os recursos necessários ao PCS sejam incluídos no Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2012, que será encaminhada pelo Executivo ao Congresso até o dia 31 de agosto. Para isso, o STF deve enviar à Secretária de Finanças e Orçamento (SOF), do Ministério do Planejamento, a previsão orçamentária do Judiciário Federal e do

MPU com os valores referentes aos Planos de Cargos e Salários.

De acordo com Toninho, que esteve nesta tarde na Fenajufe durante reunião da Diretoria Executiva, se a LDO for aprovada com a redação do relator, o trabalho agora será para garantir que os planos constem do Anexo V da LOA de 2012, cumprindo as exigências do artigo 169 da Constituição Federal.

É preciso destacar que na Lei Orçamentária de 2011 já existe autorização para a suplementação orçamentária para a implementação do PCS, assim que ele for aprovado. Esta autorização só existe graças à mobilização dos servidores no final de 2010 junto aos parlamentares.